



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **SILENCIAMENTO DE SUJEITOS E ENCOBRIMENTO DE TERRITÓRIOS: O discurso dos vencidos e dos vencedores no ensino da “Guerra do Paraguai” no Estado do Paraná**

### **Autores:**

VIVIAN COSTA BRITO - Furb/Fapesc - [vivianbritofoz@gmail.com](mailto:vivianbritofoz@gmail.com)  
Gilberto Friedenreich dos Santos - Furb - [gilbertofrieden@gmail.com](mailto:gilbertofrieden@gmail.com)  
Luis Ignacio Lopez - Unioeste - [decolaje11@gmail.com](mailto:decolaje11@gmail.com)

### **Resumo:**

A “Guerra do Paraguai” é um dos temas mais polêmicos quando se trata da recente história de formação do território latino-americano. A ótica para apreensão de tal questão passa em geral pela análise historiográfica. Essa análise gera duas grandes narrativas: a dos vencidos (Paraguai), de base nacionalista e anti-imperialista e as dos vencedores (Brasil), de pilar nacionalista, subimperialista. Objetivo desse estudo é analisar o discurso contido nos recursos didáticos usados pelo docente do Ensino Médio das escolas públicas para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na guerra. Para tal exame, usa-se o método de abordagem dialético marxista à luz da análise do discurso do Círculo de Bakhtin. É a ênfase dada na categoria tempo em lugar da categoria espacial a crítica as narrativas sobre o conflito. Verifica-se no livro didático do Ensino Médio nas escolas públicas do Paraná o caráter descritivo do enfoque geográfico que silencia sujeitos e encobre territórios.

# **SILENCIAMENTO DE SUJEITOS E ENCOBRIMENTO DE TERRITÓRIOS:**

## **O discurso dos vencidos e dos vencedores no ensino da “Guerra do Paraguai” no Estado do Paraná**

### **INTRODUÇÃO**

Distintos são as abordagens e recursos didáticos utilizados pelo professor do Ensino Médio para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na “Guerra do Paraguai”, também conhecida como, Guerra da Tríplice Aliança. De acordo com o enfoque e o discurso presentes nos recursos didáticos, isso vai impactar em como o aluno concebe os fenômenos e os fatos históricos e o processo de formação socioespacial dos lugares, regiões, países ou continentes. Nesse sentido, foi realizada uma análise do material didático do ensino da disciplina de Geografia no Ensino Médio nas escolas públicas do Paraná para o ano de 2017.

Assim sendo, o objetivo desse estudo é analisar o discurso presente nos recursos didáticos utilizados pelo professor do Ensino Médio das escolas públicas para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na “Guerra do Paraguai”. A fim de entender qual o discurso presente nesse material didático se o dos vencidos ou dos vencedores e como isso infere na compreensão desse fenômeno territorial. Descreve-se e analisa-se a partir de tal recurso didático, a abordagem utilizada pelo professor do Ensino Médio para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na “Guerra do Paraguai”, com vistas a identificar se está pautada pela visão dos vencidos ou dos vencedores.

A formação socioespacial latino-americana e de seus países em geral é tratada de modo sumário no Ensino Fundamental I e II, bem como, no Ensino Médio. Cabe tanto as disciplinas de Geografia quanto de História tecerem abordagens que façam compreender o processo de ocupação desses territórios, retratando os povos originários, o modo como os colonizadores se assenhoraram-se do espaço e os conflitos territoriais decorrentes dessa forma de apropriação.

No entanto, no início do século XXI a América Latina passa a uma série de fenômenos que remetem ao seu processo histórico de formação e a repetição do modus operandi do imperialismo estadunidense de derrubar regimes democráticos e controlar os recursos naturais e as economias dos países. Sobre o neoliberalismo, Capra e Luisi (2014, p. 476) afirmam que um dos seus princípios é de “que os países pobres deveriam se concentrar na produção de alguns bens especiais para a exportação, a fim de obter divisas, e importar a

maioria das outras commodities.” A prioridade para a exportação está conduzindo os países a “um rápido esgotamento dos recursos naturais necessários para produzir colheitas para exportação [...]”.

O território e sua luta pela terra é uma questão fundamental na América Latina. Haesbaert (2014) afirma que de forma ampla e genérica, as questões territoriais podem ser denominadas de hegemônico e contra hegemônico. O primeiro corresponde a um padrão político-econômico de domínio das grandes empresas apoiadas, frequentemente, pelo Estado. Considera a terra-território “como instrumento de dominação, [...], dentro de uma economia ainda fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador.” Em alguns Estados “mais de 90% de suas exportações provêm do setor primário, e mesmo países mais industrializados, como o Brasil, têm visto crescer muito as commodities em sua pauta de exportações.” (HAESBAERT, 2014, p. 53-54). O contra hegemônico corresponde aos grupos subalternos. O autor afirma que o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico.

O território é funcional especialmente pelo seu papel enquanto recurso, a começar por sua relação com os chamados recursos naturais [...]. A tendência preponderante – e muitas vezes até mesmo exclusiva – dentro das modernas sociedades capitalistas, especialmente no que se refere à chamada esfera produtiva do capital, é ver o território em termos de dominação (privada) do espaço a fim de controlá-lo e criar valor a partir tanto da especulação com o preço (e a monopolização) da terra quanto dos recursos que ela oferece (HAESBAERT, 2014, p. 60).

Assim passou com a deposição do presidente eleito paraguaio em 22 de junho de 2012, conforme retrata Serrano (2012). Entende-se que a narrativa dos golpes de estado na América Latina começa a surgir com a retirada do Poder de Manuel Zelaya Rosales em 28 de junho de 2009, em grande medida influenciado pelas ações democráticas de mudanças na Constituição do país via (AGUILLAR, 2009). Conforme Dhenin (2018, p. 57):

Assim, desde 2012, observamos que os países do subcontinente abraçaram partidos políticos conservadores (caso do Paraguai, da Argentina, da Colômbia, do Brasil) e países estão em crises (Venezuela, Bolívia, Equador), o que participa no aumento do grau de incerteza e confiança entre os diversos parceiros.

Contudo, a narrativa do golpe não chegou ao Brasil nos principais meios de comunicação, exceto os jornais e revistas vinculados a artigos publicados por pesquisadores de universidades brasileiras e que estão embasados pelo pensamento crítico latino-americano, tal qual emergiu através dos estudos da CEPAL e de pesquisadores de grandes centros de estudos latino-americanos a exemplo do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (TAVARES, 2012, 2015). Por isso, discutir a formação social desses países é de suma importância para compreender o modo como os fenômenos atuais foram assentados e para poder exercitar o contraditório das narrativas entre os vencidos e os vencedores.

A existência de uma instituição de ensino superior federal de caráter internacional, Universidade Federal da Integração da América Latina, voltada para a produção de conhecimento sobre as questões que afligem os países latino-americanos faz ampliar a reflexão sobre o tema. Nos quais, decorrentes do processo histórico de ocupação faz questionar como os alunos e professores do Ensino Médio compreendem a ocupação desse território nas escolas públicas de Foz do Iguaçu.

Compreender essa questão é importante, pois pode auxiliar no desenvolvimento de projetos pedagógicos em consonância com o ensino superior ampliando o aspecto cognitivo, cultural e, sobretudo na formação de alunos e professores cidadãos latino-americanos. Esse levantamento é de grande relevância teórica, pois pouco existe de pesquisas vinculadas ao estudo das aplicações das categorias espaciais no âmbito pedagógico, em especial a formação socioespacial do Brasil e do Paraguai relacionadas ao conflito, haja vista a tradição histórica de análise sobre o tema.

O presente estudo trata de uma pesquisa cujo objetivo geral tem caráter explicativo, pois tem a finalidade de analisar os fatores que influem no entendimento de dado fenômeno, assim busca explicar a relação de causa-efeito (LAKATOS e MARCONI, 2001). Para isso foi feito um estudo de caso do material didático do Ensino Médio aplicado pelo Governo do Estado do Paraná no ano de 2017. Isso auxilia no entendimento acerca da aplicação dos discursos dos vencidos e dos vencedores na prática pedagógica da geografia.

A natureza da pesquisa é qualitativa, mas sabe-se que uma análise somente quantitativa limita os aspectos subjetivos inerentes dos sujeitos das pesquisas, e uma análise qualitativa apenas dificulta a compreensão do objeto de modo sistêmico. No entanto, para o alcance desse escopo de pesquisa, esta se limitará ao enfoque qualitativo, o que não reduz sua importância e nem impede a ampliação desse estudo com base em pesquisa quantitativa em etapas posteriores. Deste modo, “[...] só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p.35).

No âmbito qualitativo buscar-se-á traçar:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

A finalidade é compreender o fenômeno em seu contexto e as relações entre os distintos discursos visando observar as contradições presentes no material didático do ensino de Geografia no Ensino Médio das escolas públicas do Paraná. Como método de procedimento será utilizado a análise de conteúdo embasado pela teoria da Análise do Discurso fundamentado em Bakhtin.

Para além da introdução e da conclusão, o estudo proposto perpassa, por quatro bases epistemológicas a ser discutida no desenvolvimento, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini; a geografia crítica de Milton Santos; a abordagem pedagógica libertadora de Paulo Freire; e o estudo dialógico da Análise do Discurso, através do Círculo de Bakhtin de Mikhail Bakhtin. Cabem ainda no desenvolvimento a descrição e análise do discurso presente no material didático das escolas de Ensino Médio do Paraná.

## O DISCURSO PEDAGÓGICO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO PARAGUAI - “GUERRA DO PARAGUAI”

### A teoria da dependência

A teoria da dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini está centrada no enfoque marxista e nas categorias: dialética, subimperialismo e superexploração. Essas categorias foram retratadas nas obras *Subdesarrollo y revolución* (MARINI, 1974), na *Dialética da Dependência* (MARINI, 2000), e esclarecidas em sua biografia (TRANSPADINI; STEDILE, 2011).

A síntese dessa abordagem é da existência de uma atuação imperialista na América Latina, que em primeira instância decorre da atuação dos ingleses, sobretudo no século XIX e dos Estados Unidos no Século XX. A grande questão crítica dessa corrente às demais correntes da teoria da dependência, é de que esses enfoques consideram o subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento, havendo, portanto relações de interdependência entre o centro e a periferia, a fim desta última alcançar qualitativamente um espaço no desenvolvimento capitalista mundial (TRANSPADINI; STEDILE, 2011).

No âmbito da abordagem neomarxista, Marini (1974, 2000), faz outra crítica que se estabelece por meio da categoria dialética, a existência de forças externas atuando para frear o desenvolvimento autônomo na América Latina, sobretudo, o papel das elites locais, principalmente no Brasil em favor dos imperialistas. Explicita a necessidade de utilização da práxis reflexiva para compreender as vicissitudes da realidade, sobretudo da luta de classes no sistema capitalista. A ênfase do conflito da Guerra do Paraguai pode ser inscrita pela questão do desenvolvimento autônomo do Paraguai em meio a um capitalismo dependente na América Latina. Este teria sido um dos principais fatores que motivaram o conflito, o domínio territorial do Paraguai pelos agentes externos, fazendo uso das elites regionais para realização da lógica de desenvolvimento capitalista que se dá de modo desigual entre o centro e a periferia. Assim, existem dois discursos predominantes no âmbito da formação socioespacial dos países Latino-americanos, um que buscar dar voz “aos vencidos” e que se fundamenta na fala dos “vencedores”. Para compreender tais discursos, primeiramente é preciso entender o que vem a ser a formação socioespacial e o seu papel no desenvolvimento de uma práxis no ensino da Geografia.

## A formação socioespacial

A geografia crítica de Milton Santos expõe o papel do geógrafo no terceiro mundo, como deve ser seu papel enquanto pesquisador e professor, enfatizando uma formação cidadã para além do conhecimento técnico. Nessa perspectiva diversas obras do autor servem de referências, a exemplo do livro por uma nova geografia que traça o caminho para a construção de uma geografia crítica de Milton Santos (1977; 1978a; 1978b; 1982).

A noção de formação socioespacial de Santos e Silveira (2006) compreendem as dimensões social, econômica e espacial. Sua finalidade é poder auxiliar no entendimento do território em sua totalidade, bem como, elucidar processos que estão vinculados com o passado e que ajudam apreender o presente. O foco dessa categoria é a relação sociedade e espaço. Nesse sentido, o espaço é visto como parte social, na qual se estabelece uma teia de relações.

Santos e Silveira (2006) estabelecem três períodos de formação socioespacial: o dos “meios naturais” ou “pré-técnico”; dos “meios técnicos” que compreende a “mecanização incompleta e produção mecanizada” e a “circulação mecanizada e dos inícios da industrialização”; e o “meio técnico científico-informacional”. O primeiro período está vinculado com a natureza determinando o processo de desenvolvimento no território e a fase de ocupação dos colonizadores europeus na América Latina.

No segundo período, surge o processo de mecanização incompleta e produção mecanizada, no entanto, a força de trabalho humana ainda é determinante no processo de desenvolvimento. É a fase de início do processo de industrialização. Nesse contexto, a relação tempo e espaço funciona da seguinte maneira: um tempo lento centrípeto e um tempo rápido centrífugo.

Para então emergir o terceiro período, cujas transformações espaciais se dão em larga escala, alterando significativamente a natureza do espaço. Isso decorre do desenvolvimento das telecomunicações, transportes, energia, entre outros aspectos tecnológicos. A relação tempo e espaço é acelerado, sendo um tempo rápido centrípeto e um tempo rápido centrífugo.

E o que essa categoria tem a dizer sobre a formação socioespacial do Paraguai? Primeiramente, a partir dela é possível compreender aspectos econômicos presentes no território, sobretudo o território usado, categoria também definida por Santos e Silveira (2006), atrelada ao território com impregnação de elementos técnicos no espaço, capazes de imprimir um ritmo acelerado.

No caso do Paraguai, o período dos meios naturais coincide com o momento da ocupação do território pelos espanhóis e das missões jesuíticas, cujo efeito foi à formação de uma organização territorial distinta a dos demais países Latino-americanos, sobretudo do Brasil e Argentina, que eram assentados em latifúndio e no processo de exportação da colônia

para o centro. No Paraguai a organização territorial era de minifúndio e as missões jesuíticas dotavam os índios de técnicas ainda não mecanizadas. O processo de transição para a produção mecanizada se deu de modo a dotar o Paraguai de um desenvolvimento autônomo do poder eurocêntrico e com organização industrial, conforme salientam Ramos (1968) e Galeano (2004). Teria sido esse o grande motivo que fez com que a Inglaterra tivesse interesse no conflito.

Em função da Guerra do Paraguai e as profundas transformações socioespaciais, com perda significativa da população e do território, o Paraguai apresenta dificuldades de sair do período do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional no Século XX, e no Século XXI. Mas como a categoria formação socioespacial pode ser explorada como recurso didático em geografia? Muitos dos conteúdos sobre os fatos e fenômenos sociais aplicados nas escolas são abordados sobre o ponto de vista estritamente histórico, ou seja, a categoria tempo é a que prevalece. Santos e Silveira (2006) põe em evidência o aspecto especificamente espacial, ressaltando processos de alterações espaciais e de ocupação territorial, mudanças geográficas que incidem diretamente no modo como percebemos, convivemos em nossa sociedade atual. É nesse sentido, que a práxis pedagógica deve ser refletida, ou seja, de um pensamento crítico sobre a realidade, baseado na relação entre os fatos e eventos do passado para ajudar a entender o presente e planejar o futuro.

Dentro dessa perspectiva, Paulo Freire com a sua pedagogia libertadora é ponto central para entender o papel que a categoria formação socioespacial auxilia na apreensão das dimensões espaciais e territoriais de formação dos países latino-americanos. Em especial, uma práxis pedagógica calçada em epistemologias do Sul e não apenas em visões estritamente eurocentristas. Os discursos pedagógicos devem contemplar as múltiplas vozes e as pluralidades de discursos contidas nelas e revelar aspectos dos territórios que estão encobertos pelos discursos dos vencedores.

## A pedagogia crítica de Paulo Freire

O enfoque teórico utilizado pela pedagogia libertadora de Paulo Freire (1967, 1970) retrata como deve ser a educação do ponto de vista de um professor da periferia no uso dos recursos didáticos e de uma prática e narrativa libertadora para além do modelo tradicional pedagógico cartesiano.

Em pedagogia do oprimido, Freire (1970) fala da contradição entre opressores e oprimidos, bem como, da educação como prática da liberdade. O professor precisa fazer uma leitura crítica do mundo, dos recursos didáticos que são dispostos pelo Estado e, sobretudo, entender os discursos como prática de dominação. Por isso, a pedagogia deve ser enraizada na vida das subculturas dos proletários e marginais.

A partir delas e com elas, será um contínuo re-tomar reflexivo de seus próprios caminhos de libertação; não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos: 'método', 'prática de

liberdade', que, por ser tal, está intrinsecamente incapacitado para o exercício da dominação. A pedagogia do oprimido é, pois, libertadora de ambos, do oprimido e do opressor (FREIRE, 1970, p. 5).

Nesse sentido, é através do movimento interno, que se consolida a base metodológica, capaz de qualificar uma dimensão humana pedagógica. É esse mesmo movimento, que gera a reprodução e exteriorização do processo histórico, sobre o qual o homem se reconhece. Dessa maneira, suscita uma etapa posterior, para além do conhecimento ou reconhecimento, mas um posicionamento político de tomada de decisão e compromisso. Freire (1970) entende a alfabetização como o processo de tomada de consciência, o processo de polivalência fonêmica, como modo de alcançar o universo vocabular e a partir daí ser possível uma visão crítica e instituir uma ação transformadora do mundo, e tem na história seu elemento central. Assim, esse entendimento do mundo vivido, dos aspectos culturais é o enfoque de uma pedagogia do oprimido.

O conhecimento de si para além da experiência do vivido, por meio da problematização do mundo, de uma visão crítica, dota o ser humano de capacidade de ser sujeito de sua própria história. No entanto, para ser sujeito de sua própria história é preciso ter conhecimento do mundo e de si, numa inter-relação direta. Sem olhar para o processo histórico e de formação socioespacial do território em que está inserida, essa consciência torna-se, portanto, fragmentada. Nessa perspectiva dialética entre o eu e o outro, Bakhtin de acordo com Faraco (2009) oferece importante contribuição à luz da abordagem teórico-metodológica do Círculo de Bakhtin para compreensão dos processos discursivos.

## A abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso do Círculo de Bakhtin

A abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso empreendida pelo Círculo de Bakhtin evidencia o aspecto dialético e a condição dialógica do discurso, em que pese a importância dada ao pensamento reflexivo, trazendo à tona a questão do Ser e do sentido do Ser (FARACO, 2009).

A teoria do círculo compreende que a ideologia está vinculada com a ideia de signo, “tudo que é ideológico (isto é – entenda-se bem – todos os produtos da cultura dita imaterial) possui significado; é, portanto, um signo” (FARACO, 2009, p.47). Isso significa que é resultante da cultura imaterial, sendo que tudo que tem conteúdo ideológico apresenta um conteúdo semiótico.

Faraco (2009) explica que o Círculo de Bakhtin enfoca o aspecto social da semiótica, buscando trazer à tona o contexto social em que o ser se vê inserido e se constitui como sujeito. Pois, concebe que as significações são edificadas “na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiência dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (FARACO, 2009, p. 51).



O discurso só tem validade de enunciações concretas por meio de determinados falantes, o limite de cada enunciado concreto decorre da variação dos sujeitos dos discursos. Para Bakhtin (1985) o enunciado no âmbito do Círculo de Bakhtin tem um início e fim cabal, para então dar voz a outrem ou à sua compreensão responsiva. Constituindo-se, portanto, o enunciado como uma unidade real.

A compreensão dos gêneros do discurso ou discursivos pela produção dos enunciados/texto não pode ser alcançado, gerado ou entendido, de acordo com Bakhtin, sem que se conheça o âmbito sócio histórico de enunciação.

Enquanto método de abordagem o estudo utiliza a dialética marxista (KONDER, 1981), buscando identificar conflitos e contradições, com a finalidade de compreender os processos de mudança social que ocorre continuamente no território. Processos esses, que estão presentes nos enunciados/textos discursivos, como é o caso do discurso sobre a “Guerra do Paraguai” presente no livro didático de Geografia para o Ensino Médio das Escolas do Paraná no ano de 2017.

## O discurso dos vencidos e dos vencedores da “Guerra do Paraguai” nos materiais didáticos

Dois autores mais recentes expressam a problemática dos distintos discursos sobre a “Guerra do Paraguai”, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1991), com a obra “Maldita Guerra” e Ana Paula Squinelo (2003), “A Guerra do Paraguai, essa desconhecida”. O enfoque de ambos os autores é para o contexto do discurso histórico presente nas obras, que ora enfatizam o aspecto dos vencedores e ora dos vencidos. No âmbito do trabalho de Doratioto (1991), o autor se baseou em uma extensa e minuciosa pesquisa documental que visa colocar em questão duas grandes narrativas e fazer um revisionismo histórico.

A primeira narrativa está vinculada com a ideia de que a Inglaterra tinha interesse no conflito, e que teria participado indiretamente da guerra. Isso é sustentado pela ideia de que o Paraguai tinha após sua independência erigido um modelo de desenvolvimento industrial autônomo, tendo o papel central de Solano Lopez como líder, anti-imperialista, capaz de servir de referência aos demais países Latino-americanos e de ir contra aos interesses comerciais ingleses na região. Esse discurso de um nacionalismo paraguaio é tido como sendo o discurso dos vencidos. Doratioto (1991) atribui esse discurso ao livro “La Guerra del Paraguay: gran negocio”, de León Pomer, publicado em 1968 e que teria influenciado o discurso nacionalista paraguaio em outras publicações, a exemplo do livro “Genocídio Americano: a guerra do Paraguai” de Julio José Chiavennato,

O outro discurso, de acordo com Doratioto (1991), está relacionado com a visão dos vencedores, que atribuem ao ditador Solano Lopez uma atuação expansionista na América Latina, com a finalidade de conquistar territórios, no qual seria para os vencedores o principal mote da guerra. Segundo Doratioto (1991), as causas da “Guerra do Paraguai” devem ser atribuídas à questão política regional, em especial de relações externas, sobre a qual

aproximou o Paraguai do Uruguai e teria contrariado, portanto, o Brasil e a Argentina. Em função de um enfoque político mais liberal tanto do Império do Brasil, quanto do governo Militar da Argentina, com o Bartolomé Mitre Martinez. E do apoio do militar e político do radical General Venâncio Flores, do Partido Colorado a formação da Tríplice Aliança no Uruguai, no qual contrapõe a política de aproximação do Uruguai com o Paraguai realizada pelo então presidente Atanásio Aguirre do Partido Blanco.

Doratioto (1991) não quer negar a ingerência e os ganhos da Grã-Bretanha com o conflito, mas subtrair do enunciado o discurso que haveria interesses imperialistas ingleses. É justamente o cuidado de contrapor essa narrativa que exclui elementos externos sobre a “Guerra do Paraguai” que se assenta o trabalho de Squinelo (2008, 2011). Squinelo (2008, p. 1) afirma que os distintos discursos elaborados pelo Brasil, Argentina ou Paraguai “serviram para justificar projetos políticos identificados com grupos dominantes que desejaram articular, em especial no Brasil, uma ideia de nação que esteve atrelada a todo um projeto de formação de um Brasil moderno”.

Squinelo (2008) descreve dentro da historiografia, em especial no Brasil, alguns eixos temáticos de abordagens discursivas sobre a Guerra do Paraguai:

a) Um primeiro momento logo em seguida ao pós-guerra caracterizado por escritos de protagonistas ou não do conflito, apresentando um forte viés militar, enfatizando os episódios e batalhas ocorridas, datas e fatos, como também valorizando a “vitória brasileira” e seus heróis, e que se estendeu até meados da década de 1960;

b) Um segundo momento identificado por uma influência “marxista”, e com um forte apelo contrário ao imperialismo inglês, que atingiu seu ápice na década de 1970 em meio às ditaduras militares que se impunham na América Latina;

c) Um terceiro momento que é marcado por escritos de estudiosos e pesquisadores que se auto intitulam de “neorrevisionistas”, e que armados com “determinadas ferramentas teóricas e metodológicas”, propõem-se apresentar uma visão acerca da Guerra menos “carregada por um viés ideológico” e calcada em documentos, visão esta que passou a ser veiculada a partir de fins da década de 1980.

Nesse último eixo temático se insere Doratioto (1991). Squinelo (2008) explicita que a origem de uma visão negativa sobre o Paraguai, de ser um país pobre, miserável e de falsificações, está assentada na ideia de que o Brasil teria cumprido sua missão de libertar este país de uma ditadura militar tirana. Agregado as glórias das batalhas vencidas pelos brasileiros, considerados heróis, como se não tivesse ocorrido à ruína das bases do Império brasileiro. Essa visão dicotômica entre o país pobre e oprimido, o Paraguai e o Brasil, o grande herói da guerra é a mais utilizada nos livros didáticos brasileiros.

No âmbito do Paraguai utilizou-se o discurso de valorização da “derrota”, sobretudo de excluir das narrativas a figura de Solano Lopéz, que era considerado o culpado pela condição social, política e econômica que o Paraguai se encontrava. No entanto, o ditador Alfredo Stroessner, resgatou a imagem de Solano Lopéz e o colocou no centro do discurso como um “herói” nacional.

No que concerne à relação entre a “Guerra do Paraguai” e a construção da identidade nacional nos manuais didáticos brasileiros na primeira metade do século XX, entre 1900-1960, está atrelada aos discursos presentes na práxis pedagógica. Em síntese Squinelo (2011, p.1) explicita que é dominante a História Narrativa de caráter político e de enfoque Militarista-bélica, consubstanciada em “fatos, feitos e heróis”. Contudo, nem todos os autores tinham formação na área de História. Squinelo (2011) pontua que nesse período surgiram muitas biografias e interpretações que tinham por base a memória dos sujeitos, em sua maioria ex-militares.

As narrativas de “viés ‘marxista’, anti-imperialista e anti-anglicano” (SQUINELO, 2008, p. 4) presentes a partir da década de 1970, revelaram, por exemplo, o genocídio presente na guerra, feito pelos militares brasileiros, sobretudo Duque de Caxias e do Conde d’Eu. Um aspecto importante diante dos distintos discursos é salientado por Squinelo (2008, p. 5): “acabaram ‘por se perder’, por exemplo, os sujeitos históricos desse conflito, o cotidiano, aqueles que de fato protagonizaram o litígio durante anos”.

Nos anos de 1980 em diante, o avanço do liberalismo no mundo e na América Latina trouxe outras narrativas baseada no revisionismo histórico, a exemplo do enfoque dado por Doratioto (1991), Bandeira (1995) e Menezes (1998), cuja ótica da origem da guerra atribuída à dinâmica regional do Prata se torna preponderante. Squinelo (2008, p.5) questiona o papel dos sujeitos históricos nessa abordagem interpretativa. Em síntese, Bandeira (1995, p. 14, apud SQUINELO, 2008, p.5) minimiza a atuação do Brasil e da Grã-Bretanha na origem do conflito.

O Brasil, na verdade, não articulou a Tríplice Aliança nem moveu a guerra contra o Paraguai, como instrumento da Grã Bretanha, conforme certos escritores, sobretudo nos países da Bacia do Prata, propalaram. Pelo contrário, rompera desde 1863 as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, conforme certos escritores, onde a firma John & Alfred Blyth e a casa bancária do Barão de Rothschild já faziam negócios com o Governo Francisco Solano López e não tinham interesse na deflagração da guerra contra o Paraguai. O próprio Barão de Mauá, por alguns autores hispano-americanos apontado, equivocadamente, como representante financeiro de Rothschild, tudo vez para evitar, opondo-se à política do Governo brasileiro na Bacia do Prata, e só se dispôs a conceder-lhe financiamento, depois de iniciadas as hostilidades, porque não tinha alternativa.

Squinelo (2009, p. 6) faz uma crítica aos estudos historiográficos baseados apenas em fontes primárias, pois estes não trazem à tona “os sujeitos históricos mediadores para estabelecer um diálogo com tais documentos”. Squinelo (2009) de modo dialético estabelece uma crítica a essas novas narrativas revisionistas.

[...] as tensões do conflito são diluídas em meio à narrativa, e a Guerra é apresentada de forma tênue, branda, homogênea, contínua, sem rupturas,

sem sangue, sem perdas, sem interesses... sem sujeitos... sem escravos... sem mulheres... poucos protagonistas... (SQUINELO, 2009, p. 6).

Ainda nessa visão crítica e dialógica de análise dos discursos, Alambert (2001, p.35, apud SQUINELO, 2009. p. 6) subscreve que o neorrevisionismo se utiliza das lacunas deixadas por historiadores,

[...] Para instaurar uma nova Guerra das Letras, Documentos e Interpretações. No bojo do debate, entretanto, aliam-se ao discurso dominante, e tempos de triunfo neoliberal, para atacar as práticas historiográficas inspiradas pelo marxismo, especialmente aquelas que se baseiam em algum pressuposto ligado à teoria do imperialismo, que foi a base das interpretações de Chiavenato e daqueles que com ele compactuaram. Independentemente dos erros e dos acertos em questão quanto às interpretações historiográficas polêmicas – no mais sempre necessárias -, o que se vê por trás dessa nova batalha é a utilização, ainda esta vez, da máscara criada com a Guerra do Paraguai para esconder outros propósitos, nem sempre conscientes aos sujeitos em questão.

A obra de Doratioto (1991), segundo Squinelo (2009), não trouxe nenhuma novidade, apenas sistematizou os distintos documentos, dados e informações de caráter diplomático. Aspecto esse percebido pelos pesquisadores paraguaios, pois foi identificado que este reforça um viés ideológico aliado ao enfoque neoliberal presente na América Latina. No entanto, este se faz constante na literatura didática do ensino de história e geografia no Brasil.

Nos estudos mais recentes de pesquisadores de mestrado e doutorado no Brasil surgem outros sujeitos que tiveram papéis significativos na “Guerra do Paraguai”, a exemplo do índio; da mulher; do exército que gerou a desestruturação da monarquia e a estruturação da república; da escravidão como parte constituinte do exército imperial; entre outros sujeitos.

## Material didático de Geografia do ensino médio nas escolas públicas do Paraná em 2017 e o discurso da “Guerra do Paraguai”

No livro didático de Geografia do Ensino Médio (SEED-PR, 2007, p. 74-75) a despeito do processo de formação socioespacial brasileiro e da América Latina é praticamente excluída a temática do conflito sobre a “Guerra do Paraguai”, apesar de serem esmiuçados outros eventos mundiais, cujos efeitos sobre os territórios da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai podem ser considerados em menor escala.

A menção a “Guerra do Paraguai” é feita como mais um conflito existente e de ordem estritamente de controle sobre os recursos naturais.

A água sempre foi causadora de conflitos. Seja devido ao uso para navegação, seja para abastecimento da população, seja para a produção de energia... No Brasil, por exemplo, parte da ocupação territorial deu-se por meio dos rios. Os conflitos de nosso país com os países vizinhos, hoje parceiros no MERCOSUL, deram-se devido à bacia do Prata, que engloba um dos principais sistemas hidroviários do mundo, do qual o rio Paraná é o principal formador. Lembre-se, também, de que o Paraguai não tem litoral e que o rio Paraná é seu acesso natural ao oceano (SEED-PR, 2007, p. 74-75).

O discurso de caráter regionalista do conflito, apresentado por Doratioto (1991), pelo controle da região do Prata prevalece. Essa visão reducionista do caráter político e estratégico do conflito para os países imperialistas e subimperialistas que formaram a Tríplice Aliança é uma das críticas que se pode tecer no material didático.

Quando o livro afirma que a “A água sempre foi causadora de conflitos” (SEED-PR, 2007, p. 74), despersonaliza os sujeitos dos conflitos e se encobre conflitos no território. Não é a água que causa o conflito, mas interesses de grupos específicos. Além disso, tratar o processo de ocupação do território como tendo sido de modo pacífico, quando “no Brasil, por exemplo, parte da ocupação territorial deu-se por meio dos rios” é negligenciar outros discursos que não dos vencedores e silenciar os sujeitos vencidos.

A geografia, apesar de ser pontuada nesse discurso sobre o conflito, reforça uma geografia descritiva, sem conceber uma análise crítica sobre os aspectos estritamente espaciais e tão pouco estabelece uma relação interdisciplinar entre a História (tempo) e a Geografia (Espaço).

Assim, essa concepção da Geografia, apenas situa o território como elemento coadjuvante no processo de formação dos países Latino-americanos. As dimensões políticas, econômicas e sociais do conflito, também ficam negligenciadas. É preciso, portanto, dar o devido tratamento a “Guerra do Paraguai” e sua dimensão espacial.

Cabe salientar que o texto descrito acima a respeito da “Guerra do Paraguai” está inserido no tópico que versa sobre a região do Sistema Aquífero Guarani. No tópico estima-se a possível existência de novos conflitos por interesse do potencial do recurso hídrico da bacia. O aspecto econômico de caráter neoliberal presente nesse contexto de contenda territorial sobre o domínio do Aquífero Guarani não é mencionado, sobretudo do interesse de empresas multinacionais.

Sem falar que o discurso silencia inúmeros sujeitos, retirando sua historicidade, seu vínculo territorial, sua capacidade de auxiliar no entendimento da formação socioespacial da região do Paraná, sobretudo de Foz do Iguaçu e sua relação com o conflito, enquanto Colônia Militar. Isso dificulta o entendimento de processos que ocorreram no passado que poderiam auxiliar para a compreensão de processos que estão ocorrendo e seus possíveis

desdobramentos. Uma imagem alusiva sobre o encobrimento do território enquanto ponto de partida para fundamentar as discussões é possível através do mapa abaixo:

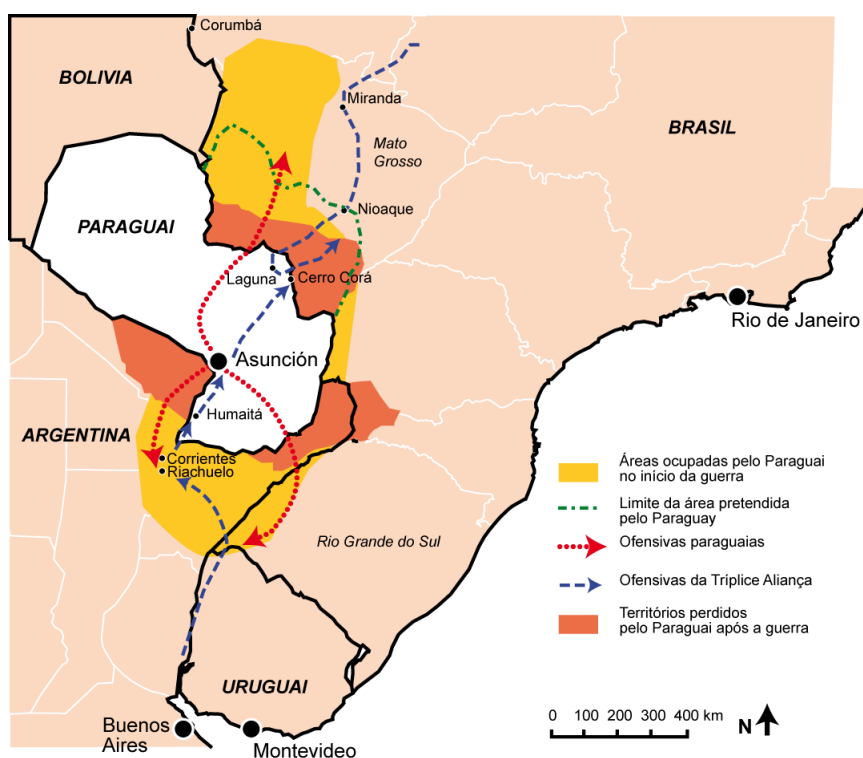


Figura 1 – Ocupação dos Territórios após a “Guerra do Paraguai”.  
Fonte: Théry e Velut (2016, p.3).

O encobrimento do território é uma forma de silenciar sujeitos e alterar as narrativas sobre dado fenômeno social. Buscando-se situar a obra em seu enunciado que parte do Governo do Estado do Paraná, cujo enfoque político tem caráter liberalista, entende-se que o caráter ideológico presente na obra atende ao discurso dos vencedores em detrimento do discurso dos vencidos, justamente por silenciar sujeito e encobrir os conflitos presentes no território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar o discurso presente nos recursos didáticos utilizados pelo professor do Ensino Médio das escolas públicas para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na “Guerra do Paraguai”. A análise dos distintos discursos produzidos pelos pesquisadores brasileiros e paraguaios demonstra a presença de uma abordagem dicotômica entre o pensamento dos vencidos (Paraguai) e dos vencedores (Brasil). Em sua maioria esses estudos seguem o método histórico de análise e interpretação de fatos e fenômenos. Do mesmo modo, a disciplina de História é quem explicita e monopoliza o discurso sobre o conflito territorial entre os dois países.

Doratioto (1991) em seu estudo revisionista e de caráter documental, numa primeira leitura parece buscar compreender tal dicotomia das grandes narrativas e eliminar os aspectos de cunho ideológico presentes nas mesmas. Assim distingue duas narrativas. A primeira relacionada com a ideia de que o conflito interessava a Inglaterra, e sua atuação foi estratégica, posicionando como coadjuvante, mas que na realidade era a maior interessada na guerra. Arelado a isso, havia a ideia de um Paraguai forte depois de sua independência, cujo desenvolvimento orientava para um processo industrial autônomo. Seu líder Solano Lopez era visto como um nacionalista, cujas ideias se calçavam no anti-imperialismo e que podia influenciar os países da América Latina. Esse teria sido o mote para que a Inglaterra tivesse interesse direto no conflito na região, já que era um entrave aos interesses comerciais britânicos. Em síntese é o discurso dos vencidos.

A segunda narrativa, pertence ao discurso dos vencedores, que atribui ao ditador Solano Lopez o papel de ditador que tinha ambições expansionistas na América Latina, cujo objetivo era angariar territórios. Esse seria, portanto, o mote da guerra para os vencedores. No entanto, Doratioto (1991) afirma que a origem da “Guerra do Paraguai” é decorrente de questões políticas externas regionais, em que de um lado o Paraguai se aproxima do Paraguai e do Uruguai, com visões mais progressistas, fato que incomodou os brasileiros e argentinos, que tinham uma abordagem mais liberal.

No entanto, uma análise mais crítica de sua obra, conforme salienta Squinelo (2003, 2008, 2011), faz prevalecer uma visão dos fatos tendo origem em um conflito regional, sem nenhuma mediação de agentes externos, sobretudo da Grã-Bretanha. Essa visão se estabelece em um período no qual o neoliberalismo é dominante e atende a interesses de querer frear o pensamento crítico e anti-imperialista na América Latina.

Squinelo (2008, 2011) pontua o caráter Militarista-bélico e político dos fatos, feitos e da construção de heróis, sobretudo pelo enfoque histórico de análise. Em especial o escamoteamento de outros sujeitos que não tem suas falas reveladas. E a forte presença de narrativas advindas das memórias de sujeitos que eram ex-militares.

Em síntese a narrativa de abordagem marxista surge na década de 1970 e perde sua força a partir dos anos de 1980, quando o neoliberalismo passa a ocupar os espaços políticos e acadêmicos, por meio do revisionismo histórico. É em função disso a crítica de Squinelo (2009) e a visão de Doratioto (1991) sobre a “Guerra do Paraguai”

A análise do material didático para o ensino da geografia produzido pela SEED-PR (2007), com base na análise do discurso do Círculo de Bakhtin (FARACO, 2009), reafirma a visão regionalista do conflito descrita por Doratioto (1991). Isso revela uma visão reducionista do aspecto político e estratégico do conflito, sobretudo dos interesses e do papel dos países imperialistas e subimperialistas, que em conjunto por meio da Tríplice Aliança, cujo conteúdo não se mostra presente no material didático. Há também uma despersonalização dos sujeitos quando se diz que a água foi a origem da guerra, em favor de silenciar os interesses de grupos de poder específicos. Além de descrever o processo de ocupação do território brasileiro, como sendo algo pacífico, sem guerras ou reações dos povos que já ocupavam o território. E ainda, o encobrimento das alterações espaciais e territoriais que sequer são explicitadas.

A crítica que se pode fazer no âmbito da práxis pedagógica na geografia sobre o tema é de que esta é essencialmente descritiva e que não é capaz de dotar o aluno de categorias espaciais para ampliar as análises sobre o conflito e oferecer um viés interdisciplinar entre a História (tempo) e a Geografia (espaço).

## REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, Carlos G. ¿Cómo y por qué del Golpe de Estado en Honduras? La sinopsis de un proceso de pacificación y democratización fallido en la región. *Revista Realidad*, n. 121, 699-707, jul-sep 2009. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/El\\_Salvador/dcefysuca/20110428104244/10comoyporque121.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/El_Salvador/dcefysuca/20110428104244/10comoyporque121.pdf). Acesso em: 02.12.2016.
- BAKHTIN, Mikhail M. El problema de los géneros discursivos. (248-293) In: \_\_\_\_\_. *Estética de la creación verbal*. Tradução do russo por Tatiana Bubnova. 2. ed. México: Siglo Veintuno, 1985..
- BANDEIRA, Muniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: UnB, 1995.
- CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- DORATIOTO, F. F. M. *A Guerra do Paraguai: segunda visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DHENIN, Miguel Patrice Philippe. A presença efetiva do exército na faixa de fronteira: o papel do pelotão especial de fronteira no Acre e Roraima – Brasil (35-60). In: Porto, Jadson Luís Rebelo; Cavlak, Iuri; Noronha, Andrius Estevam (Orgs.). *Faces da fronteira: entre histórias e espaços, encontros e desencontros*. Macapá: EDUNIFAP, 2018. v. 3..
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. 76. ed. Bu: Siglo XXI editores, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- KONDER, Leandro. *O Que é Dialética*. 25. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.



- MARINI, Ruy. Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1974.
- MARINI, Ruy. Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro, Buenos Aires. Editora Vozes / CLACSO, 2000.
- MENEZES, Alfredo. da Mota. *Guerra do Paraguai: Como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto, 1998.
- RAMOS, Jorge. Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana*. 1. ed.: Editora Insular, 1968.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 54, 81- 100, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Nova Geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 1978a.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. SP: Hucitec, 1978b.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9o ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). *Geografia, Ensino Médio*. 2 ed. Curitiba: SEED-PR, 2007.
- SERRANO, Estevam Pedro. Impeachment de Fernando Lugo foi, sim, um golpe. *Carta Capital, Internacional, Paraguai*, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/impeachment-de-fernando-lugo-foi-sim-um-golpe>>. Acesso: 02.12.2016.
- SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... Ensino, memória e história de um conflito secular*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UCDB, 2003.
- \_\_\_\_\_. Revisões historiográficas: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros – PNLD 2011. *Diálogos*, Campo Grande, n. 1, 19-39, 2011.
- \_\_\_\_\_. Debates historiográficos contemporâneos: a Guerra do Paraguai e suas vias discursivas. In: MATA, Sérgio Ricardo da Mata; MOLLO, Helena Miranda Mollo; VARELLA, Flávia Florentino Varella (Org). *A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

TAVARES, Eliane. *Assassinatos e desaparecimentos são comuns em Honduras*. IELA, Florianópolis, 15 jan. 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/assassinatos-e-desaparecimentos-sao-comuns-em-honduras>. Acesso: 02.12.2016.

\_\_\_\_\_. Honduras ainda sob o golpe. *IELA*, 9 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/povos-originaarios/noticia/honduras-ainda-sob-o-golpe>. Acesso: 02.12.2017.

THÉRY, Hervé e VELUT, Sébastien. Élisée Reclus e a Guerra do Paraguai. *Terra Brasilis (Nova Série)*. n.7, 1-27, 2016. Disponível em: < <http://terrabrasilis.revues.org/1908>>. Acesso em: 19.11.2018.

TRANSPADINI, ROBERTA; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2006.